

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCSC Nº 2022/000133

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATORA: ANDREZZA CAROLINA BRITO FARIAS

**EMENTA. FISCALIZAÇÃO. PESSOA FÍSICA. EXERCÍCIO DE ATIVIDADES PRIVATIVAS DA CONTABILIDADE SEM REGISTRO PROFISSIONAL. TITULARIDADE DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL SEM REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. DEFESA NÃO APRESENTADA. REVELIA. ALEGAÇÕES DE BAIXA EMPRESARIAL E ATUAÇÃO COMO MEI. IRRELEVÂNCIA. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR. INFRAÇÃO CONFIGURADA. PENALIDADE MANTIDA.** 1. PROCESSO INSTAURADO A PARTIR DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2022/000133, LAVRADO EM 23/03/2022, EM RAZÃO DA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS SEM O DEVIDO REGISTRO NO CRCSC. 2. A AUTUADA FOI REGULARMENTE CIENTIFICADA, MAS NÃO APRESENTOU DEFESA, SENDO DECLARADA REVEL. PRIMÁRIA. 3. EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, APLICADA A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 503,00 (QUINHENTOS E TRÊS REAIS), COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA “B” DO ART. 27 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ARTS. 56 E 57 DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/2020 E RESOLUÇÃO CFC Nº 1.636/2021. 4. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO APRESENTADO, ALEGANDO TRATAR-SE DE ATIVIDADE DISTINTA (POUSADA ALTERNATIVA) E QUE A CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA OCORREU COMO MEI. INFORMOU, AINDA, QUE ESTARIA PROVIDENCIANDO A BAIXA DA INSCRIÇÃO. 5. ALEGAÇÕES AFASTADAS, UMA VEZ QUE O CNAE DA EMPRESA AUTUADA CORRESPONDIA A ATIVIDADES CONTÁBEIS, E A BAIXA OCORREU APENAS APÓS O PRAZO DE DEFESA, NÃO AFASTANDO O FATO GERADOR DA INFRAÇÃO. 6. EM GRAU RECURSAL, A AUTUADA REITEROU AS MESMAS ALEGAÇÕES E JUNTOU DOCUMENTOS REFERENTES À BAIXA EMPRESARIAL. CONTUDO, A REGULARIZAÇÃO POSTERIOR NÃO AFASTA A RESPONSABILIDADE PELA INFRAÇÃO COMETIDA. 7. INFRAÇÃO CONFIGURADA, NOS TERMOS DO ART. 20 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C SÚMULA CFC Nº 13. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. PENALIDADE MANTIDA.

**DECISÃO:** A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 503,00 (QUINHENTOS E TRÊS REAIS)**, NOS TERMOS DA ALÍNEA “B” DO ART. 27 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ARTS. 56 E 57 DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E RES. CFC Nº 1.636/2021. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 442ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 474ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 09/04/2025.